

JORNAL

VIGILANTE



SEXTA - FEIRA - 11 DE SETEMBRO DE 2026 - WWW.JORNALVIGILANTE.COM.BR



O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF), MINISTRO EDSON FACHIN, CONVOCOU UMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DA CORTE PARA A PRÓXIMA TERÇA-FEIRA (15) PARA ANALISAR UM PEDIDO RELACIONADO À ABERTURA DE INVESTIGAÇÃO ENVOLVENDO O MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES. A DECISÃO OCORRE EM MEIO A UMA CRESCENTE DISPUTA INTERNA ENTRE INTEGRANTES DO SUPREMO E ÀS REPERCUSSÕES DE INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DE UMA INVESTIGAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL ENVOLVENDO O EX-BANQUEIRO DANIEL VORCARO, DO BANCO MASTER.

CONVITE

convite

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENA CONVIDA TODA A POPULAÇÃO MANTENENSE E DEMAIS INTERESSADOS PARA PARTICIPAREM DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DESTINADA À **ELABORAÇÃO E DISCUSSÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027.**

SUA PARTICIPAÇÃO É FUNDAMENTAL PARA UMA GESTÃO PARTICIPATIVA E PARA O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO QUE GUIARÁ AS AÇÕES E OS INVESTIMENTOS DO NOSSO MUNICÍPIO.



17/09/2026 ÀS 17H00



CENTRO DE CONVENÇÕES CULTURAIS
Rua Victor Campos de Queiroz, 611 - Centro, Anexo à Rodoviária



A INTERNET DEIXOU HÁ MUITO TEMPO DE SER APENAS UM RECURSO UTILIZADO PARA COMUNICAÇÃO. DENTRO DAS EMPRESAS, A CONEXÃO PASSOU A FAZER PARTE DA PRÓPRIA ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DOS NEGÓCIOS, SENDO ESSENCIAL PARA ATIVIDADES QUE VÃO DESDE VENDAS E PAGAMENTOS ATÉ SISTEMAS DE GESTÃO, ATENDIMENTO AO CLIENTE E ARMAZENAMENTO DE DADOS.



AS NOVAS MEDIDAS ANUNCIADAS PELO GOVERNO FEDERAL PARA CONTER A ALTA DOS COMBUSTÍVEIS TERÃO CUSTO ESTIMADO DE R\$ 7 BILHÕES POR MÊS, INFORMOU NESTA QUARTA-FEIRA (9) O MINISTRO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, BRUNO MORETTI. O PACOTE INCLUI REDUÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE GASOLINA E ETANOL E UMA NOVA SUBVENÇÃO AO DIESEL, EM MEIO À ALTA DO PETRÓLEO PROVOCADA PELA GUERRA NO ORIENTE MÉDIO.



Blocos de Nota, Cartões de Visita, Carimbos
Convites de casamento, Adesivos, Panfletos
Recibos, Imãs de Geladeira, e Muito Mais!

Atendimento de Segunda a Sábado!

VENHA FAZER SEU ORÇAMENTO.

Tel.: (27) 99943-6111

ATENDIMENTOS EM TODA REGIÃO: MANTENA, ECOPORANGA, ÁGUA BRANCA, ÁGUA DOCE DO NORTE, MANTENÓPOLIS, ETC.

Av. Jones dos Santos Neves, nº 214 - Barra de São Francisco - ES

INTERNET DEIXA DE SER APENAS FERRAMENTA E PASSA A SER ESTRATÉGICA PARA EMPRESAS

Conectividade influencia produtividade, atendimento, vendas e até o faturamento dos negócios. A internet deixou há muito tempo de ser apenas um recurso utilizado para comunicação. Dentro das empresas, a conexão passou a fazer parte da própria estrutura de funcionamento dos negócios, sendo essencial para atividades que vão desde vendas e pagamentos até sistemas

de gestão, atendimento ao cliente e armazenamento de dados. Um levantamento realizado pela TeamViewer com 500 executivos de diferentes setores mostra uma relação entre a qualidade da conectividade e a percepção sobre o desempenho financeiro das empresas. Entre as companhias que classificaram sua conectividade como excelente, 33% afirmaram estar entre as líderes financeiras de seus segmentos. No grupo que considerou a conexão apenas boa, esse percentual caiu para 16%. Conexão estável pode fazer diferença nos resultados. Os efeitos não aparecem somente no faturamento. Segundo o levantamento, 61% das empresas com excelente conectividade disseram estar em vantagem competitiva. Além disso, 34% avaliaram que seu desempenho operacional estava no mesmo nível das empresas consideradas referência em seus setores. Para especialistas, entretanto, ter uma internet empresarial eficiente não significa simplesmente contratar o plano com a maior velocidade disponível. A estabilidade e a capacidade de manter a conexão funcionando são fatores igualmente importantes. O professor Rodolfo Villaça, do Departamento de Informática da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), destaca que empresas precisam avaliar suas necessidades antes de escolher um serviço. Um negócio que realiza vendas pela internet, por exemplo, pode não precisar da maior velocidade disponível, mas não pode ficar sem conexão justamente no momento em que um consumidor tenta concluir uma compra. Modernização das redes também aumenta produtividade. A evolução tecnológica vem ampliando a necessidade de redes mais estruturadas. Inteligência artificial, Internet das Coisas (IoT) e sistemas que trabalham com grandes volumes de dados exigem cada vez mais das conexões utilizadas pelas empresas. Dados de um levantamento da Cisco apontam que 82% das organizações brasileiras entrevistadas



registraram ganhos de eficiência operacional depois da modernização de suas redes Wi-Fi. O resultado ficou acima da média global, de 75%. O impacto também aparece na receita. No Brasil, 72% das empresas pesquisadas afirmaram ter percebido efeitos positivos sobre os ganhos após investimentos em redes, enquanto o índice global foi de 68%. Além disso, 84% das organizações brasileiras relataram aumento na produtividade dos funcionários e no engajamento dos clientes. Restaurantes e pequenos negócios dependem cada vez mais da conexão. A dependência da internet pode ser percebida diretamente na rotina de empresas que adotaram sistemas integrados. Em um restaurante citado pela reportagem, por exemplo, a operação começa com o registro do peso da refeição do cliente e segue até o fechamento da conta. As informações são transmitidas entre diferentes sistemas, incluindo atendimento, caixa e gestão. Esse tipo de automação faz com que uma eventual interrupção da internet possa afetar diversas etapas simultaneamente. A conectividade também é fundamental para profissionais que trabalham fora de escritórios. E-mails, comunicação com clientes, atividades acadêmicas e outros serviços passaram a depender de uma conexão disponível praticamente em qualquer lugar. Conectividade também está ligada à experiência do cliente. A pesquisa da TeamViewer aponta ainda que 80% dos entrevistados consideram que uma conexão contínua contribui para melhorar as interações e aumentar a satisfação dos consumidores. Outros 81% avaliam que a conectividade favorece a inovação, enquanto 82% entendem que ela contribui para decisões empresariais mais bem fundamentadas. Na prática, isso significa que uma empresa conectada consegue integrar melhor seus setores, acompanhar informações em tempo real e oferecer respostas mais rápidas aos consumidores. Empresas passam a buscar mais do que velocidade. No Espírito Santo, empresas do setor de telecomunicações também percebem uma mudança no comportamento dos

clientes corporativos. A procura deixou de estar concentrada apenas na velocidade contratada e passou a incluir disponibilidade, segurança e rapidez na solução de problemas. Uma das estratégias utilizadas pelo setor é a adoção de conexões redundantes, com diferentes rotas para diminuir os riscos de interrupções. Outra tendência é a utilização de data centers mais próximos dos clientes. A proposta é

manter sistemas e dados em estruturas capazes de reduzir o tempo de resposta das aplicações e melhorar o desempenho de serviços que dependem de acesso constante à rede. Qual internet uma empresa precisa? A resposta depende do tipo de negócio. Empresas que trabalham intensamente com vídeos e grandes arquivos podem necessitar de uma largura de banda maior. Já um comércio eletrônico pode ter como prioridade a estabilidade e a disponibilidade do serviço. Por isso, especialistas recomendam que o empresário avalie pelo menos quatro fatores antes de contratar ou modificar sua conexão: Velocidade: capacidade de transmissão de dados necessária para a operação; Estabilidade: capacidade de manter a conexão funcionando sem interrupções frequentes; Segurança: proteção dos sistemas e informações da empresa; Disponibilidade: capacidade de garantir acesso ao serviço quando ele for necessário. A escolha inadequada pode significar gastos desnecessários ou, no sentido contrário, uma infraestrutura insuficiente para sustentar o crescimento do negócio. Internet passa a ser investimento estratégico. Com a digitalização dos negócios, a conectividade deixou de ser vista apenas como uma despesa operacional. Para empresas que dependem de sistemas digitais, ela passou a representar um investimento diretamente ligado à produtividade, ao atendimento e à capacidade de gerar receita. A tendência é que essa importância aumente com a expansão da inteligência artificial, da automação, dos serviços em nuvem e de outras tecnologias que dependem de redes rápidas, estáveis e seguras. Nesse cenário, mais importante do que simplesmente contratar uma internet de alta velocidade é entender quais são as necessidades reais da empresa e escolher uma estrutura capaz de acompanhar sua operação e seu crescimento.

STF MARCA JULGAMENTO SOBRE PEDIDO DE INVESTIGAÇÃO ENVOLVENDO ALEXANDRE DE MORAES

Fachin convocou sessão extraordinária para terça-feira (15), em meio ao agravamento da crise interna no Supremo. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, convocou uma sessão extraordinária do plenário da Corte para a próxima terça-feira (15) para analisar um pedido relacionado à abertura de investigação envolvendo o ministro Alexandre de Moraes. A decisão ocorre em meio a uma crescente disputa interna entre integrantes do Supremo e às repercussões de informações extraídas de uma investigação da Polícia Federal envolvendo o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, do Banco Master. O caso ganhou força depois que vieram a público mensagens trocadas entre Moraes e Vorcaro. O ministro André Mendonça, relator de processos ligados ao caso Banco Master, retirou o sigilo de documentos da investigação, ampliando a pressão para que o Supremo examine o episódio. O material passou a ser utilizado como elemento central da disputa entre os ministros. A Procuradoria-Geral da República (PGR), comandada por Paulo Gonet, questionou a validade do procedimento e defendeu que a apuração teria ocorrido de maneira irregular. A manifestação acrescentou mais um elemento ao conflito institucional que se instalou dentro da Corte. Fachin intervém para tentar conter a crise. Diante da sucessão de decisões envolvendo diferentes ministros, Fachin determinou que novas investigações contra integrantes do STF passem pela presidência



do tribunal. O objetivo declarado é evitar a existência de procedimentos paralelos e decisões conflitantes dentro da própria Corte. Na avaliação de Fachin, a situação criou um cenário de sobreposição de processos e decisões que poderia comprometer a ordem pública e a própria integridade institucional do Supremo. A decisão também retirou de tramitação paralela alguns procedimentos relacionados à disputa e concentrou na presidência do STF a condução das questões envolvendo ministros da Corte. Conflito entre Moraes e Mendonça aumenta tensão. A crise se intensificou depois que Moraes apresentou pedido para que André Mendonça fosse investigado. Entre as acusações apresentadas estão suspeitas de abuso de autoridade, improbidade administrativa e possíveis crimes de responsabilidade. Mendonça, por sua vez, havia determinado medidas relacionadas à investigação do Banco Master e tornado público o relatório da Polícia Federal que continha as mensagens envolvendo Moraes e

Vorcaro. O embate deixou de ser apenas uma disputa processual e passou a provocar uma das mais fortes crises internas recentes do STF, envolvendo diretamente diferentes ministros e colocando em discussão os limites de atuação de cada integrante da Corte. Julgamento será acompanhado de perto. A sessão extraordinária marcada para 15 de setembro deverá colocar o plenário do Supremo diante de um caso de grande repercussão institucional. A decisão poderá definir os próximos passos das apurações e também estabelecer como investigações envolvendo ministros da própria Corte deverão ser conduzidas. Além do julgamento, Fachin suspendeu temporariamente um procedimento de controle externo aberto pela PGR que analisava a possibilidade de interferência de Mendonça no relatório produzido pela Polícia Federal. O presidente do STF afirmou que a presidência da Corte tem o dever de preservar a integridade do tribunal e sinalizou que pretende concentrar a condução dos procedimentos enquanto o plenário não define os próximos passos. A expectativa é de que a sessão de terça-feira seja marcada por forte debate entre os ministros, em um momento em que a crise envolvendo Moraes, Mendonça, o caso Banco Master e a atuação da Polícia Federal ganhou dimensão nacional. Fontes: Folha Vitória, Estadão, Supremo Tribunal Federal e informações públicas sobre o caso.

AOS 12 ANOS, O QUE MUDA NA IDENTIDADE DA CRIANÇA? VEJA AS REGRAS DA NOVA CIN

Mudança de faixa etária altera o prazo de validade do documento, mas não obriga a troca imediata da identidade. Completar 12 anos representa uma importante mudança na vida de uma criança, inclusive do ponto de vista legal. No caso da documentação, porém, existe uma dúvida comum entre pais e responsáveis: é preciso emitir uma nova identidade assim que o filho ou filha chega à adolescência? A resposta é não necessariamente. Com a Carteira de Identidade Nacional (CIN), o que muda ao completar 12 anos é principalmente o prazo de validade do documento. De acordo com as regras do Governo Federal, a CIN emitida para pessoas de até 12 anos incompletos possui validade de cinco anos. A partir dos 12 anos completos, o prazo passa a ser de dez anos, até que o cidadão complete 60 anos. Depois dessa idade, a validade passa a ser indeterminada. Não é preciso trocar a CIN no aniversário de 12 anos. Uma criança que já possui a Carteira de Identidade Nacional não precisa obrigatoriamente solicitar uma nova carteira no dia em que completa 12 anos. A validade deve ser observada de acordo com a data em que o documento foi emitido e com a faixa etária do titular. Portanto, completar 12 anos, por si só, não significa que a identidade anterior tenha perdido a validade. A orientação é verificar a data de vencimento indicada no documento antes de solicitar uma nova emissão. CPF passa a ser o número da identidade. A CIN trouxe uma mudança importante em relação ao antigo RG: o CPF passou a ser utilizado como número único de identificação nacional. Com isso, o cidadão deixa de ter diferentes números de registro de identidade conforme o estado onde o documento foi emitido. A padronização também busca

aumentar a segurança e reduzir possibilidades de fraudes. A nova carteira possui mecanismos de segurança, incluindo QR Code, e pode ser utilizada tanto na versão física quanto na versão digital disponibilizada pelo aplicativo Gov.br. Adolescentes também podem ter a CIN. A nova identidade pode ser emitida para menores de 18 anos. Para isso, é necessário que o adolescente tenha CPF válido. Caso o CPF ainda não esteja registrado na certidão de nascimento, o número pode ser providenciado no órgão de identificação civil habilitado para realizar o atendimento, conforme as regras aplicáveis. E quem ainda tem o RG antigo? Os pais que ainda não providenciaram a CIN para seus filhos também não precisam entrar em pânico. O antigo RG continua válido durante o período de transição estabelecido pelo governo. Os documentos emitidos no modelo anterior permanecem válidos até 28 de fevereiro de 2032. Até essa data, a CIN pode ser solicitada gradualmente pelos cidadãos. Aos 12 anos também muda a classificação perante o ECAA. Chegada aos 12 anos não provoca apenas uma mudança relacionada aos documentos. A legislação brasileira também estabelece uma nova classificação para essa faixa etária. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é considerada criança a pessoa com até 12 anos incompletos. A partir dos 12 anos completos e até os 18 anos, passa a ser considerada adolescente. Essa distinção é importante porque o ECA estabelece direitos, deveres e medidas específicas de proteção para crianças e adolescentes. Quando vale a pena renovar? Mesmo que não exista uma

obrigação automática de trocar a identidade no aniversário de 12 anos, a emissão de uma nova CIN pode ser necessária em determinadas situações, como vencimento do documento, perda, roubo ou necessidade de atualização dos dados. Para os pais e responsáveis, a principal recomendação é conferir a validade da identidade e consultar as regras do órgão responsável pela emissão no estado antes de solicitar uma nova via. Em resumo: Até 12 anos incompletos: CIN com validade de cinco anos; Dos 12 aos 59 anos: CIN com validade de dez anos; A partir dos 60 anos: validade indeterminada; Completar 12 anos não exige automaticamente uma nova CIN; O CPF é o número único utilizado na nova identidade; O antigo RG continua válido até 28 de fevereiro de 2032; A partir dos 12 anos, pela legislação do ECA, a pessoa passa a ser considerada adolescente. A mudança para a adolescência, portanto, envolve tanto uma nova etapa jurídica quanto alterações nas regras de validade da documentação. Para evitar gastos ou deslocamentos desnecessários, o ideal é verificar primeiro a validade da identidade já existente.



ELEITORAS E ELEITORES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA QUE UTILIZEM CADEIRAS DE RODAS PARA LOCOMOÇÃO PODEM REQUISITAR TRANSPORTE GRATUITO NAS ELEIÇÕES 2026

Eleitoras e eleitores com deficiência física que utilizem cadeiras de rodas para locomoção e não disponham de meios próprios para comparecer aos locais de votação poderão solicitar transporte especial e gratuito de ida e volta para votar nas Eleições 2026. O serviço será disponibilizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), pelo Governo do Estado e pela Prefeitura de Vitória, nos dias 4 de outubro, no primeiro turno, e 25 de outubro, caso haja segundo turno, como parte das ações previstas no programa “Seu Voto Importa”, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A iniciativa busca ampliar as condições para o exercício do direito ao voto. A ação é realizada em parceria com a Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura (Semobi) e a Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo (Ceturb-ES); e com a Prefeitura de Vitória, por meio da Secretaria Municipal de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana (Setran).

O TRE-ES reforça que o transporte é um



serviço público, gratuito e apartidário, garantido por lei. A iniciativa não possui qualquer vínculo com partidos políticos, candidatas, candidatos ou campanhas eleitorais. Também é proibida a realização de propaganda política nos veículos.

Como solicitar

Eleitoras e eleitores de Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana

Os pedidos serão aceitos até o dia 14 de setembro de 2026 (20 dias antes da eleição, conforme art. 5º da Resolução TSE 23.753/2026) e podem ser feitos pelos canais de atendimento disponibilizados pela Ceturb, por meio da Central + (0800 038 7077 (para

ligações de telefone fixo) ou pelos celulares (27) 99253-3685, (27) 99253-3688 e (27) 99257-8902). As solicitações serão confirmadas mediante análise da Comissão Seu Voto Importa.

Eleitoras e eleitores de Vitória

Os pedidos serão aceitos até o dia 14 de setembro de 2026 (20 dias antes da eleição, conforme art. 5º da Resolução TSE 23.753/2026) e podem ser feitos pelos canais de atendimento

disponibilizados pela Prefeitura de Vitória, por meio da Secretaria de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana ((27) 98125-0970), e preencher o formulário fornecido pelo TRE-ES para realizar a inscrição. As solicitações serão confirmadas mediante análise da Comissão Seu Voto Importa.

Eleitoras e eleitores de outros municípios devem consultar o cartório eleitoral do município onde vota para conferir a viabilidade do serviço. Confira os contatos dos cartórios.

CÂMERA DE SEGURANÇA QUE FILMA CASA DO VIZINHO PODE GERAR INDENIZAÇÃO



Equipamento instalado para proteger o próprio imóvel pode resultar em processo caso registre de forma excessiva áreas privadas de outra residência. Instalar uma câmera de segurança no portão ou no muro é uma alternativa cada vez mais utilizada por moradores para acompanhar a movimentação em frente à residência e aumentar a proteção do imóvel. Porém, o equipamento precisa ser direcionado de maneira adequada. Quando a lente passa a registrar de forma significativa a casa, o quintal ou outros espaços privados do vizinho, a medida de segurança pode acabar gerando uma disputa judicial. Um caso analisado pela Justiça do Distrito Federal mostra esse limite. Um morador instalou uma câmera em frente à própria residência, mas as imagens apresentadas no processo indicaram que o equipamento registrava principalmente o imóvel localizado do outro lado da rua. A Justiça determinou a retirada da câmera e estabeleceu indenização de R\$ 5 mil por danos morais. A decisão foi divulgada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) em 2021. O problema está no enquadramento. A instalação de uma câmera dentro do próprio

terreno não significa que o proprietário possa monitorar livremente as áreas ao redor. O principal ponto analisado em situações desse tipo é o que efetivamente aparece nas imagens. Registrar uma pequena parte da calçada ou da rua, por exemplo, pode ser consequência natural de uma câmera direcionada para o portão ou para a garagem. Já manter a lente voltada diretamente para janelas, quintais, piscinas, varandas ou outras áreas privadas de uma residência vizinha representa uma interferência muito maior. Por isso, a finalidade de segurança deve estar relacionada ao campo de visão do equipamento. Quanto mais a câmera se afasta da área que precisa ser protegida e passa

a acompanhar a rotina de terceiros, maior pode ser o questionamento sobre a privacidade. Constituição protege a vida privada. A Constituição Federal estabelece a proteção da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. O Código Civil também prevê proteção à vida privada e permite que sejam adotadas medidas para impedir ou interromper atos que violem esse direito. Isso significa que o direito de proteger a própria residência não elimina o direito à privacidade dos vizinhos. Cada situação, entretanto, precisa ser analisada de acordo com as circunstâncias concretas, incluindo o posicionamento da câmera, o conteúdo registrado, a finalidade do monitoramento e a possibilidade de alterar o enquadramento. Câmera pode filmar a rua? Não é necessário que uma câmera fique completamente limitada ao terreno do proprietário. Dependendo da posição do portão ou da garagem, parte da calçada e da via pública pode aparecer naturalmente nas imagens. A diferença está no que ocupa o centro do monitoramento. Uma câmera voltada para a entrada da residência pode

eventualmente registrar pessoas passando pela calçada. Outra situação é utilizar o equipamento para acompanhar deliberadamente a movimentação de uma residência vizinha. Recursos como zoom e movimentação remota da lente também merecem atenção, principalmente quando permitem aproximar ou acompanhar áreas que não têm relação com a proteção do imóvel. Gravação de áudio exige ainda mais cuidado. Alguns equipamentos possuem microfone e podem registrar sons além das imagens. Quando o sistema consegue captar conversas realizadas em áreas privadas de terceiros, a situação pode se tornar ainda mais delicada. Também é recomendável evitar o compartilhamento indiscriminado das gravações em grupos de mensagens ou redes sociais. Mesmo quando uma imagem foi obtida por um sistema de segurança legítimo, sua divulgação pode gerar outros questionamentos relacionados à privacidade e ao uso da imagem. Como evitar problemas? Antes de instalar uma câmera, o proprietário deve verificar cuidadosamente o campo de visão durante o dia e à noite. Se uma residência vizinha aparecer de maneira relevante, o equipamento pode ser reposicionado ou configurado para limitar a área captada. Alguns sistemas também oferecem máscaras de privacidade, que bloqueiam determinadas partes da imagem. Outra medida é restringir o acesso às gravações e utilizar senhas seguras no aplicativo ou sistema de monitoramento. Caso um vizinho perceba que sua área privada está sendo filmada, uma alternativa inicial é conversar com o responsável e solicitar o ajuste da câmera. Se não houver acordo, podem ser buscadas medidas extrajudiciais e, dependendo do caso, orientação jurídica. A instalação de câmeras residenciais continua sendo uma ferramenta legítima de segurança. O cuidado necessário é garantir que a proteção do próprio imóvel não se transforme em monitoramento permanente da vida privada de outras pessoas.

STF MANTÉM POSSIBILIDADE DE USAR CARRO PARTICULAR NA PROVA PRÁTICA DA CNH

Ministra Cármen Lúcia arquivou ação que questionava regra do Contran; decisão não analisou o mérito da contestação e mantém norma em vigor. Quem está se preparando para obter a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) poderá continuar utilizando veículos particulares nas aulas práticas e também no exame de direção. O Supremo Tribunal Federal (STF) arquivou a ação que questionava essa possibilidade, mantendo em vigor a regra estabelecida pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran). A decisão foi tomada pela ministra Cármen Lúcia. Segundo o entendimento apresentado no processo, antes de uma eventual análise sobre a constitucionalidade da norma seria necessário verificar sua compatibilidade com outras regras que regulamentam o trânsito, especialmente o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Por esse motivo, o STF não entrou no mérito da contestação. O que estava sendo questionado a ação foi apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL), que contestava a Resolução nº 1.020/2025 do Contran, responsável por estabelecer novas regras para o processo de formação de condutores. Entre os pontos questionados estava a autorização para utilização de veículos particulares nas aulas e nos exames práticos. A



entidade argumentava que permitir carros sem adaptações ou modificações específicas poderia entrar em conflito com as regras previstas no Código de Trânsito Brasileiro. A ministra Cármen Lúcia entendeu que a discussão apresentada não poderia ser resolvida naquele tipo de ação constitucional porque dependeria, primeiro, de uma análise sobre a relação entre a resolução do Contran e normas infraconstitucionais. Como fica a regra. Com o arquivamento do processo, continua válida a autorização prevista na Resolução nº 1.020/2025. A norma permite que sejam utilizados, na formação prática e no exame de direção, veículos destinados à formação de condutores ou eventualmente empregados na aprendizagem, independentemente de quem seja o proprietário. A resolução também não exige que o automóvel utilizado nessas atividades passe por adaptações ou modificações específicas

para ser enquadrado na regra. Na prática, portanto, o candidato pode realizar a preparação e a prova prática utilizando um veículo que não pertença a uma autoescola, desde que sejam observadas as demais exigências estabelecidas pelos órgãos de trânsito. Decisão não representa julgamento sobre a validade constitucional. Um ponto importante é que o STF não declarou que a contestação apresentada pela entidade estava errada. O processo foi arquivado porque, segundo a decisão, a questão exigiria antes uma análise da legislação infraconstitucional. Assim, a decisão mantém a regra atualmente prevista pelo Contran, mas não representa um julgamento de mérito sobre todos os questionamentos apresentados na ação. A possibilidade de utilização de veículos particulares faz parte das mudanças implementadas no processo de formação de novos condutores desde 2025. A medida altera o modelo tradicional, no qual as atividades práticas estavam diretamente associadas aos veículos utilizados pelas autoescolas. Com o entendimento do STF, a regra permanece válida e pode continuar sendo aplicada enquanto não houver outra decisão judicial ou alteração na regulamentação do Contran.

TRE-ES NEGA REGISTRO DE CANDIDATURA DE ARMANDINHO NAS ELEIÇÕES 2026



Vereador Armandinho teve candidatura impugnada. Foto: Divulgação/CMV

Decisão da Justiça Eleitoral impede, neste momento, o registro do candidato; caso ainda pode ter novos desdobramentos na Justiça. O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) decidiu negar o registro de candidatura de Armandinho para as Eleições 2026. A decisão impede, neste momento, que o político dispute oficialmente o cargo para o qual havia apresentado candidatura. O julgamento ocorre durante a fase de análise dos registros dos candidatos que pretendem participar do pleito deste ano. Nessa etapa, a Justiça Eleitoral verifica se os concorrentes atendem às exigências previstas na legislação para concorrer. A decisão do TRE-ES foi confirmada também

e reportagem da TV Gazeta, que informou a negativa do registro da candidatura de Armandinho para deputado. Registro de candidatura. Para participar das eleições, o candidato precisa ter o pedido de registro aprovado pela Justiça Eleitoral. O processo permite que sejam analisados requisitos como documentação, condições de elegibilidade e eventual existência de causas de inelegibilidade previstas na legislação. Quando o tribunal nega o registro, o candidato fica impedido de concorrer de forma regular enquanto a decisão estiver produzindo efeitos. Eventuais recursos podem levar a uma nova análise do caso pelas instâncias superiores da Justiça Eleitoral. Por isso, uma decisão do TRE-ES não necessariamente representa o encerramento definitivo de uma candidatura. Dependendo do conteúdo da decisão e dos

recursos apresentados, o processo pode continuar no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Decisão ocorre durante preparação para as eleições. A análise dos registros faz parte do calendário eleitoral e envolve candidatos aos cargos de deputado estadual, deputado federal, senador, governador e presidente da República. No caso de Armandinho, a decisão do tribunal capixaba passa a integrar o processo de registro eleitoral apresentado para o pleito de 2026. Enquanto houver possibilidade de recurso, a situação jurídica da candidatura poderá sofrer novas alterações. A Justiça Eleitoral é responsável por avaliar individualmente os pedidos e aplicar as regras estabelecidas pela legislação eleitoral. Próximos passos. Com a negativa do registro pelo TRE-ES, o processo poderá seguir para as instâncias superiores caso a defesa apresente recurso. O eventual recurso será analisado conforme as regras processuais da Justiça Eleitoral. Assim, a situação de Armandinho ainda poderá ser modificada por uma decisão posterior. Até que haja uma eventual reversão, permanece a decisão do TRE-ES que negou o registro da candidatura. O caso acompanha o período de definição das candidaturas para as Eleições 2026, quando a Justiça Eleitoral analisa os pedidos apresentados pelos concorrentes em todo o país.

PF FAZ BUSCAS CONTRA MÁRIO FRIAS EM INVESTIGAÇÃO SOBRE FILME DE BOLSONARO



Operação apura possível uso irregular de emendas parlamentares e outros recursos públicos relacionados à produção de “Dark Horse”; produtora do longa também é alvoA Polícia Federal deflagrou nesta quinta-feira (10) uma operação para investigar suspeitas de irregularidades no financiamento do filme “Dark Horse”, produção que retrata a trajetória política do ex-presidente Jair Bolsonaro. Entre os alvos das medidas está o deputado federal Mário Frias (PL-SP), que participou da produção do longa e é apontado como autor de emendas parlamentares que entraram no radar da investigação. Batizada de Operação Make Up, a ação foi autorizada pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), e contou com a participação da Controladoria-Geral da União (CGU). Ao todo, foram expedidos 49 mandados de busca e apreensão, cumpridos em endereços relacionados aos investigados em São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Distrito Federal. Investigação envolve recursos públicosDe acordo com as informações divulgadas sobre a operação, a PF apura a possível existência de um esquema envolvendo agentes públicos e privados para direcionar recursos públicos a empresas e entidades que teriam relação com a produção do filme. Um dos focos está nas emendas parlamentares destinadas a projetos sociais e culturais. A investigação busca esclarecer se recursos que deveriam financiar determinadas iniciativas foram utilizados de maneira irregular ou

desviados para outras finalidades. No caso de Mário Frias, a apuração envolve emendas destinadas ao Instituto Conhecer Brasil (ICB). Segundo as investigações, uma delas, no valor de R\$ 1 milhão, teria sido destinada a um projeto de empreendedorismo que, até o momento, não teria sido executado. A defesa e o próprio parlamentar contestam as acusações e afirmam que as emendas seguiram os procedimentos legais. Produtora também está entre os alvosA empresária Karina Ferreira da Gama, ligada à produção de “Dark Horse”, também foi alvo dos mandados. Ela é responsável pela Go Up Entertainment e mantém ligação com entidades que aparecem na investigação. A PF apura possíveis conexões entre essas organizações, contratos públicos e a movimentação de recursos que teriam sido destinados a projetos sociais, culturais e de infraestrutura. Segundo os investigadores, há suspeitas de que empresas contratadas para determinados serviços possam ter recebido valores sem a comprovação correspondente da execução dos trabalhos. O caso também envolve contratos firmados com o poder público. Filme sobre Bolsonaro está no centro da apuração“Dark Horse” é uma cinebiografia de Jair Bolsonaro, com Jim Caviezel interpretando o ex-presidente. Mário Frias participou do projeto como roteirista e produtor-executivo. A investigação busca esclarecer a origem e o caminho percorrido por recursos utilizados na produção, além de verificar se houve conexão entre dinheiro público, emendas parlamentares e o financiamento do longa. A apuração também alcança outros possíveis núcleos financeiros e empresariais relacionados ao projeto. PF investiga possível organização criminosaAlém do eventual uso irregular de emendas, os investigadores apuram suspeitas de peculato, falsidade documental, lavagem de dinheiro, organização criminosa e irregularidades em licitações. A CGU identificou movimentações

consideradas suspeitas e trabalha em conjunto com a Polícia Federal para reconstruir o caminho dos recursos. Segundo informações divulgadas sobre a operação, a investigação envolve valores que podem chegar a centenas de milhões de reais em diferentes contratos e operações financeiras. As suspeitas ainda são objeto de investigação e deverão ser confrontadas com documentos, depoimentos e outros elementos recolhidos durante a operação. Mário Frias nega irregularidadesMário Frias nega as acusações e afirma que as denúncias contra ele são falsas e difamatórias. A defesa também sustenta que as emendas parlamentares questionadas foram consideradas legais pela Câmara dos Deputados. A produtora Karina Gama, por sua vez, afirmou que pretende colaborar com as investigações e negou ter participado de irregularidades relacionadas à captação de recursos para o filme. Investigação ocorre em meio a cenário políticoA operação ocorre em um momento de forte disputa política e de outras investigações envolvendo pessoas próximas ao núcleo político do ex-presidente Jair Bolsonaro. Outro procedimento, sob relatoria do ministro André Mendonça, investiga suspeitas relacionadas a recursos que teriam sido destinados ao filme pelo empresário Daniel Vercaro, ex-controlador do Banco Master. Essa apuração é diferente da operação realizada nesta quinta-feira, embora os casos apresentem pontos de conexão relacionados ao financiamento da produção. O avanço da Operação Make Up deverá colocar sob análise não apenas a origem dos recursos utilizados no filme, mas também a relação entre emendas parlamentares, entidades privadas, contratos públicos e os diferentes financiadores envolvidos no projeto. As investigações continuam e, até o momento, os alvos são considerados investigados, sem que isso represente condenação ou comprovação definitiva das irregularidades apontadas pela Polícia Federal. Fontes: Polícia Federal, Controladoria-Geral da União e informações divulgadas por UOL e Folha de S. Paulo.

STARTUP CAPIXABA CRIA APP COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA INDICAR VINHOS EM QUALQUER LUGAR DO MUNDO

Uma startup criada no Espírito Santo está usando inteligência artificial para transformar a escolha de vinhos em restaurantes. Desenvolvido pela iTrois, empresa da Grande Vitória, o aplicativo Sommie funciona como uma espécie de sommelier virtual e consegue analisar cardápios e cartas de vinhos em diferentes idiomas para indicar opções de harmonização. A tecnologia foi criada para atender consumidores que nem sempre conhecem os rótulos disponíveis ou têm dificuldade para escolher uma bebida que combine com determinado prato. O sistema permite fotografar ou enviar uma imagem do cardápio e da carta de vinhos e informar qual refeição será consumida. A partir dessas informações, a inteligência artificial analisa as opções disponíveis e apresenta sugestões de acordo com a combinação entre comida e vinho, incluindo alternativas dentro de diferentes faixas de preço. A proposta permite que a ferramenta seja utilizada tanto no Brasil quanto durante viagens internacionais. Tecnologia preparada para diferentes idiomasUm dos diferenciais do Sommie é a capacidade de interpretar cartas e cardápios escritos em outros idiomas. Dessa forma, o usuário pode utilizar o aplicativo mesmo sem dominar a língua do país onde está. A proposta é levar o serviço para diferentes mercados e situações, desde um jantar em um restaurante na Grande Vitória até experiências gastronômicas em cidades como Roma, Bruxelas ou destinos asiáticos. O usuário também pode escolher entre diferentes perfis de sommeliers virtuais, cada um com características e especialidades próprias. Atualmente, são seis opções disponíveis na plataforma. Versão paga

amplia recursosAlém da versão gratuita, a empresa lançou uma modalidade PRO, que oferece ferramentas adicionais. Entre os recursos está uma adega virtual ampliada, que passa de seis para até 60 rótulos. O usuário também pode consultar qual vinho que possui em casa combina melhor com determinada refeição. Outro recurso utiliza inteligência artificial para auxiliar no planejamento de viagens voltadas ao enoturismo. A ferramenta pode sugerir vinícolas, hospedagens e trajetos, além de oferecer conexão com uma agência parceira para elaboração de orçamentos. A plataforma também prevê recursos de gamificação, como avatares de sommeliers, rankings e possibilidades de premiações. Startup já investiu R\$ 400 mil no projetoSegundo a empresa, a iTrois já destinou R\$ 400 mil ao desenvolvimento, lançamento, marketing e estrutura comercial do Sommie. A startup pretende investir outros R\$ 240 mil até dezembro, utilizando recursos próprios e do programa Tecnova III. A meta estabelecida para o fim de 2026 é alcançar 16 mil usuários na versão gratuita e mil assinantes do plano PRO. Atualmente, o aplicativo possui mais de 8 mil usuários, concentrados principalmente nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Expansão internacionalEmbora tenha surgido no Espírito Santo, a iTrois já trabalha com uma estratégia de internacionalização. A empresa possui presença em Bruxelas, na Bélgica, e também anunciou anteriormente uma expansão internacional com presença em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. A estratégia coloca o aplicativo diante de um mercado global relacionado ao vinho e ao turismo gastronômico,

setores nos quais a tecnologia pode ser utilizada para facilitar decisões de consumo. Modelo de assinaturaO plano PRO tem assinatura mensal de R\$ 19,90 nos primeiros 12 meses. Também existe uma modalidade anual, com valores diferentes conforme a forma de pagamento. A empresa utiliza o modelo de assinatura como parte da estratégia para transformar a base de usuários gratuitos em clientes recorrentes e financiar a expansão da plataforma. IA aplicada a uma experiência cotidianaO Sommie é mais um exemplo de como startups capixabas vêm utilizando inteligência artificial para criar produtos voltados a mercados específicos. Nesse caso, a tecnologia é aplicada a uma situação comum para consumidores: escolher um vinho diante de uma carta extensa e, muitas vezes, desconhecida. Ao cruzar informações sobre o prato, os rótulos disponíveis e a faixa de preço desejada, o aplicativo procura simplificar essa decisão. Para a iTrois, o desafio agora é transformar a curiosidade inicial dos usuários em utilização frequente e ampliar a presença do aplicativo fora do Brasil. Fontes: Folha Vitória e Governo do Espírito Santo.



ELEIÇÕES 2026 TERÃO RECORDE DE ELEITORES COM DEFICIÊNCIA

Quase 2 milhões de pessoas com deficiência estão aptas a votar; número representa crescimento de 42% em relação às eleições de 2022. As Eleições Gerais de 2026 terão o maior número de eleitoras e eleitores com deficiência já registrado pela Justiça Eleitoral brasileira. De acordo com dados atualizados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 1.970.165 pessoas com algum tipo de deficiência estão aptas a votar no pleito deste ano. O número representa um crescimento de aproximadamente 42% em comparação com 2022, quando o eleitorado com deficiência era formado por cerca de 1,38 milhão de pessoas. O avanço amplia a importância das políticas de acessibilidade e da preparação dos locais de votação para garantir que esse público possa exercer o direito ao voto com autonomia e segurança. Aumento também aparece nas seções acessíveis. Para acompanhar o crescimento desse eleitorado, a Justiça Eleitoral ampliou a quantidade de seções eleitorais principais preparadas para receber pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Em 2022, eram 156.296 seções acessíveis. Para as eleições deste ano, o número chegou a 220.577, um aumento de aproximadamente 41%. Os locais adaptados contam com estruturas como rampas, passagens livres de obstáculos e condições que facilitam a circulação de pessoas com dificuldades de locomoção. Diferentes tipos de deficiência. O cadastro eleitoral registra diferentes condições relacionadas à acessibilidade. Entre os eleitores identificados pelo TSE, 617.996 possuem deficiência de locomoção, enquanto



319.489 apresentam deficiência visual. Também aparecem no cadastro 182.341 pessoas com deficiência auditiva e 64.851 eleitores que declararam dificuldade para o exercício do voto. O registro dessas informações permite que a Justiça Eleitoral planeje a estrutura necessária para atender diferentes necessidades durante o processo de votação. Urnas contam com recursos de acessibilidade. As urnas eletrônicas utilizadas nas eleições possuem ferramentas destinadas a ampliar a autonomia dos eleitores com deficiência. Para pessoas com deficiência visual, por exemplo, estão disponíveis sistema de áudio, fones de ouvido e identificação tátil da tecla 5. A urna também possui teclado em Braille e voz sintetizada para auxiliar na identificação das opções de votação. Eleitores surdos também podem contar com intérprete de Libras exibido na tela da urna, recurso desenvolvido para facilitar a compreensão das informações apresentadas durante o voto. Além disso, a legislação permite que o eleitor utilize recursos de tecnologia assistiva de sua preferência, quando necessários

para o exercício do voto. Transporte especial pode ser solicitado. Outra preocupação para as eleições de 2026 é garantir que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida consigam chegar aos locais de votação. A Justiça Eleitoral disponibiliza mecanismos de apoio para eleitores que necessitam de transporte especial. Para o primeiro turno, marcado para 4 de outubro, os pedidos devem observar o prazo estabelecido pelo programa de transporte eleitoral. A iniciativa busca reduzir barreiras de deslocamento e ampliar a participação desse público no processo democrático. Crescimento mostra maior participação no processo eleitoral. O avanço do número de eleitores com deficiência também representa uma mudança importante no perfil do eleitorado brasileiro. Em 2026, o país terá cerca de 158,7 milhões de pessoas aptas a votar, sendo quase 2 milhões identificadas no cadastro eleitoral como pessoas com algum tipo de deficiência. Para o TSE, o crescimento reforça a necessidade de políticas permanentes de inclusão e acessibilidade. A ampliação das seções adaptadas e dos recursos tecnológicos busca garantir que o direito ao voto seja exercido de maneira cada vez mais independente. Com o aumento desse eleitorado, a acessibilidade deixa de ser apenas uma questão de estrutura física dos locais de votação e passa a envolver também transporte, atendimento especializado, tecnologia assistiva e informação. Fontes: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Folha Vitória.

OAB-ES DEFENDE AFASTAMENTO CAUTELAR DE MORAES E ANÁLISE DE SUSPEIÇÃO DE GONET



Decisão foi aprovada por maioria pelo Conselho Pleno da entidade e será encaminhada ao Conselho Federal da OAB; caso Banco Master está no centro das discussões. O Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Espírito Santo (OAB-ES) aprovou, por maioria, nesta quarta-feira (9), um posicionamento institucional relacionado à crise envolvendo o caso Banco Master e seus desdobramentos no sistema de Justiça. A entidade decidiu defender a avaliação do afastamento cautelar do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), enquanto durarem as apurações, além de apoiar a análise de uma eventual suspeição do procurador-geral da República, Paulo Gonet, para atuar no caso e em processos relacionados. A manifestação também prevê acompanhamento institucional da situação envolvendo o ministro André Mendonça. O posicionamento aprovado no Espírito Santo será encaminhado ao Conselho Federal da OAB, que deverá avaliar as providências que podem ser adotadas dentro de suas atribuições. Decisão ocorreu após sessão extraordinária. A deliberação foi tomada durante uma sessão

extraordinária do Conselho Pleno da OAB-ES. O processo teve como relator o conselheiro Jedson Marchesi Maioli, cujo voto foi acolhido pela maioria dos integrantes do colegiado. A reunião foi aberta pela presidente da seccional, Erica Neves, e conduzida posteriormente pelo secretário-geral, Eduardo Santos Sarlo. Segundo a OAB-ES, a posição adotada não representa um julgamento antecipado das autoridades mencionadas. A entidade afirma que seu objetivo é avaliar os possíveis impactos institucionais dos fatos e defender que as apurações sejam realizadas com transparência, isenção e respeito ao devido processo legal. A presidente Erica Neves afirmou que a Ordem deve manter independência diante de situações que possam afetar a segurança jurídica e a confiança nas instituições. O relator também destacou que a manifestação não pretende julgar pessoas, mas analisar os efeitos institucionais relacionados aos acontecimentos. Caso Banco Master. A decisão da OAB-ES ocorre em meio às discussões sobre o caso Banco Master, que ganhou novos desdobramentos após a divulgação de informações envolvendo

mensagens entre o ex-banqueiro Daniel Vercaro e o ministro Alexandre de Moraes. O episódio passou a provocar questionamentos sobre a condução de investigações e sobre a atuação de diferentes autoridades no caso. O nome de Paulo Gonet também entrou no debate depois de referências ao procurador-geral da República em mensagens relacionadas ao caso. A situação levou a pedidos para que sua atuação no processo seja analisada sob a perspectiva de eventual suspeição. A OAB-ES incorporou esse ponto à manifestação aprovada pelo Conselho Pleno. Paralelamente, o Conselho Superior do Ministério Público Federal abriu procedimento para analisar as menções a Gonet nas mensagens atribuídas ao ex-banqueiro Daniel Vercaro. Até o momento, não há acusação formal de má conduta contra o procurador-geral da República nesse procedimento. Posicionamento ainda será analisado pela OAB nacional. A decisão tomada pela seccional capixaba não produz, por si só, o afastamento de Alexandre de Moraes nem determina a suspeição de Paulo Gonet. O documento será submetido ao Conselho Federal da OAB, que poderá avaliar as medidas institucionais e jurídicas cabíveis. A presidente da OAB-ES levou o posicionamento do Espírito Santo a uma reunião extraordinária do Colégio de Presidentes das 27 seccionais da Ordem, convocada para discutir a crise institucional e possíveis mudanças estruturais relacionadas ao funcionamento do Supremo Tribunal Federal. A OAB-ES reforçou que as investigações devem continuar sob responsabilidade dos órgãos competentes e que a manifestação da entidade não substitui decisões judiciais ou procedimentos de apuração. O objetivo declarado pela seccional é defender critérios de transparência, igualdade de tratamento e respeito às garantias processuais durante a análise dos fatos. Fontes: Folha Vitória; OAB-ES; UOL; Folha de S. Paulo.

